

do movimento operário, baixando a taxa de mais-valia. Há uma generalização da revolução tecnológica, que está na base de todo ciclo de expansão, diminuindo os superlucros extraídos do diferencial de produtividade do trabalho. Nesse contexto, impõe-se a queda tendencial da taxa de lucros em relação ao conjunto do capital social. A concorrência é acirrada, bem como a especulação. Há uma estagnação do emprego e da produtividade, o que gera uma forte capacidade ociosa na indústria. Com isso, configura-se uma superabundância de capitais e uma escassez de lucros, produzindo o desemprego generalizado e a queda do consumo, inviabilizando o processo de realização da mais-valia. Assim, as soluções para a crise de 1929-1932, que teve as características acima descritas, se darão no sentido de reativar o emprego e o consumo, daí a importância do fundo público e da guerra.

O ápice do período depressivo — a crise de 1929-1932 —, como é amplamente reconhecido, promoveu, portanto, uma inflexão na atitude da burguesia, quanto à sua confiança cega nos automatismos do mercado. Por outro lado, de um ponto de vista global (econômico, político e ideológico), seria insustentável, para o capital, vivenciar uma nova crise com as características de 1929, quando, com todos os limites, se consolidava a experiência socialista na União Soviética. A alternativa que se apresentava também no período era o fascismo. Como bem pontua Mandel, o fascismo deu fôlego imediato ao período de expansão subsequente, através da extração desmesurada da mais-valia absoluta por métodos bárbaros durante a guerra, a exemplo dos campos de extermínio nazistas. Porém, nessa forma de organização política, o nível de tensão entre as classes sociais, no qual a margem de discussão e de negociação com a classe operária se reduzia a patamares mínimos, não poderia se sustentar a médio ou longo prazos. Essa tensão entre a saída fascista, liberal-burguesa e socialista se resolveu temporariamente na Segunda Guerra Mundial com a vitória dos aliados — o que incluiu um acordo com a União Soviética que foi decisivo para derrotar o nazi-fascismo. Naquela época, estavam em disputa econômica e territorial três grandes projetos — dois no campo da burguesia (o fascismo e o projeto liberal-reformista) — e o projeto socialista, já nesse momento sob a condução de Stálin. A humanidade saiu da guerra quente e adentrou na guerra fria, com o contraponto entre socialismo (realmente existente) e a democracia liberal-burguesa nos seus vários formatos.

Desses processos complexos decorre, então, uma espécie de "contestação burguesa" do liberalismo ortodoxo, expressa principalmente na chamada "revolução keynesiana". As proposições de Keynes estavam sintonizadas com a experiência do *New Deal*¹³ americano, e inspiraram especialmente as saídas europeias da crise, sendo que ambas têm um ponto em comum: a sustentação pública de um conjunto de medidas anticrise ou anticíclicas, tendo em vista amortecer as crises cíclicas de superprodução, superacumulação e subconsumo, ensejadas a partir da lógica do capital. Mandel sinaliza que tais medidas, nas quais se incluem as políticas sociais, objetivavam amortecer a crise. Com elas, poderia existir algum controle sobre os ciclos econômicos. As políticas sociais se generalizaram nesse contexto, compondo o rol de medidas anticíclicas do período, e também foram o resultado de um pacto social estabelecido nos anos subsequentes com segmentos do movimento operário, sem o qual não podem ser compreendidas. É o que vamos tratar no próximo capítulo.

5. E no Brasil?

Para pensar o surgimento e o desenvolvimento da política social nas condições brasileiras no longo período temporal tratado neste capítulo, cabe uma breve caracterização da formação do capitalismo entre nós. Afinal, não fomos o berço da Revolução Industrial e as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolveram-se aqui de forma bem diferente dos países de capitalismo central, ainda que mantendo suas características essenciais. Daí decorre que a política social no Brasil, país da periferia do mundo capitalista, se constitui com as marcas dessa particularidade histórica.¹⁴ Que marcas são essas?

13. Saída pragmática empreendida por Roosevelt nos EUA durante seus dois primeiros mandatos (1932-1936 e 1936-1940) com vistas à retomada do desenvolvimento econômico. Os EUA, após a crise de 29, viviam uma conjuntura de retração econômica, pauperismo e elevadas taxas de desemprego. O *New Deal* marcou um período de forte intervenção estatal na regulação da política agrícola, industrial, monetária e social, demarcando um recuo em relação ao liberalismo predominante até então.

14. Neste item tem-se uma síntese do estudo e de algumas idéias desenvolvidas em Behring, 2003: Capítulo 2.

A partir de uma leitura dialética do processo de formação do capitalismo brasileiro, é possível identificá-las e até observar sua presença ainda nos dias de hoje. Nesse sentido, auxilia-nos a reflexão fundadora de Caio Prado Jr. (1991), que destacou o *sentido da colonização* no Brasil, o qual se delineia a partir da intrincada e complexa articulação da dinâmica do mercado mundial com os movimentos internos da economia e sociedade brasileiras. O processo da colonização entre os séculos XVI e XIX, na sua interpretação, serviu à acumulação originária de capital nos países centrais. Os períodos imperial e da república não alteram significativamente essa tendência de subordinação e dependência ao mercado mundial, embora se modifiquem historicamente as condições dessa relação. Assim, para Prado Jr. (1991), a acumulação originária, o colonialismo e o imperialismo são momentos de um *sentido* geral da formação brasileira: uma sociedade e uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses e mercados longínquos (Ianni, 1989: 68 e 69). Outro tema central para o historiador foi o *peso do escravismo* na sociedade brasileira, marcando de forma deletéria (Lapa, 1999: 267) a cultura, os valores, as idéias, a ética, a estética e os ritmos de mudança. O maior exemplo desse peso é a condição do trabalho nas relações sociais e no ambiente cultural brasileiros, carregados até hoje de desqualificação, a qual é definidora da relação entre capital e trabalho no país (Ianni, 1989: 69 e 70). Por fim, um conceito orientador da análise do Brasil é o de *desenvolvimento desigual e combinado*, segundo o qual este se configura como “uma formação social na qual sobressaem ritmos irregulares e espasmódicos, desencontrados e contraditórios”, numa espécie de caleidoscópio de muitas épocas (Ianni, 1992: 60). O Brasil capitalista moderno seria, então, um “presente que se acha impregnado de vários passados” (Ianni, 1992: 63), em função da nossa via não-clássica desse processo de transição para o capitalismo. Prado Jr. (1991) identificou a adaptação brasileira ao capitalismo a partir da substituição lenta do trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias, numa “complexa articulação de ‘progresso’ (a adaptação ao capitalismo) e conservação (a permanência de importantes elementos da antiga ordem)” (Coutinho, 1989: 119).

Também Fernandes (1987) persegue e explica as marcas da formação social brasileira e a consolidação do capitalismo. Para ele, o processo específico brasileiro, em que pese o fato de alguns pilares do capitalismo terem sido introduzidos no país no contexto do estatuto colonial, só é realmente

impulsionado com a criação do Estado nacional, e daí advém a importância da Independência, em 1822. Assim, foram decisivos processos como a ruptura com a homogeneidade da aristocracia agrária, ao lado do surgimento de novos agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho, na direção da construção de uma nova sociedade nacional. Contudo, esse movimento é marcado pela ausência de compromisso com qualquer defesa mais contundente dos direitos do cidadão por parte das elites econômico-políticas, o que é uma marca indelével da nossa formação, fato que é fundamental para pensar a configuração da política social no Brasil.

Com a Independência, o poder deixa de ser exercido de fora para dentro, para “organizar-se a partir de dentro” (Fernandes, 1987: 31). Essa nova situação incorporava elementos de ruptura com o passado. Entretanto, ao seu lado, coexistiam componentes conservadores, com propósitos de preservar uma ordem social sem condições materiais e morais para engendrar uma verdadeira autonomia, fundamental para a construção da Nação. Nesse sentido, o elemento revolucionário inspirado no liberalismo foi solapado pelo “predomínio de influências histórico-sociais que confinavam a profundidade da ruptura com o passado”, ainda que aquele fosse o “fermento histórico do comportamento social inteligente” (Fernandes, 1987: 33), diga-se, uma espécie de dinamizador.

Na verdade, o liberalismo é filtrado pelas elites nativas por meio de uma lente singular: a equidade configura-se como emancipação das classes dominantes e realização de um certo *status* desfrutado por elas, ou seja, sem incorporação das massas; na visão de soberania, supõe-se que há uma interdependência vantajosa entre as nações, numa perspectiva passiva e complacente na relação com o capital internacional; o Estado é visto como meio de internalizar os centros de decisão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes, numa forte confusão entre público e privado. Essas são, claramente, características perenes da nossa formação social! Então, se o liberalismo trouxe, nos primórdios da formação do Estado nacional brasileiro, dividendos positivos, tais como uma mudança no horizonte cultural das elites ou a organização moderna dos poderes, não conseguiu dinamizar em toda a profundidade a construção de uma ordem nacional autônoma. Ao contrário, *uma marca da nossa formação social é a heteronomia, a dependência*. Fernandes (1987) mostra o significado da dependência e de seu componente cultural liberal para a formação da sociedade e do Estado nacionais: de como o senhor colonial metamorfoseia-

se em senhor-cidadão, elemento exclusivo da sociedade civil, na qual os outros não contavam. Assim, *a democracia não era uma condição geral da sociedade: estava prisioneira no âmbito da sociedade civil*, da qual faziam parte apenas as classes dominantes, as quais utilizavam o Estado nacional nascente para o patrocínio de seus interesses gerais.

Em um belíssimo ensaio sobre Machado de Assis, o já clássico "As idéias fora do lugar" (1977), Schwarz fala da tensão na relação entre as idéias liberais — que têm sua difusão associada ao trabalho livre — e uma sociedade escravista. Para ele, a retórica liberal europeia entre os brasileiros é uma espécie de comédia ideológica, uma impropriedade, um escândalo no país do favor, do clientelismo e da escravidão. Era inevitável o discurso liberal num Brasil que acabara de realizar a Independência em nome dos ideais da Revolução Francesa e com articulações econômicas claras com o mundo do capital. Para Schwarz, contudo, "o favor é nossa mediação quase universal" (1977: 16), o que desmente as idéias liberais e origina um padrão particular na relação entre as classes e segmentos de classe, e também das instituições do Estado, que disfarça a violência das relações de produção no Brasil, desde a escravidão até os dias de hoje. Tanto é que houve um desenho formal moderno e liberal de instituições como a burocracia e a justiça, mas internamente estas eram regidas por relações de clientela, numa coexistência estabilizada entre princípios distintos. Segundo Schwarz (1977: 17): "Aí a novidade: adotadas as idéias e razões europeias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente 'objetiva', para o momento de arbítrio que é da natureza do favor". Nesse sentido, para o autor, o liberalismo no Brasil não opera como ideologia que falseia a realidade. Com o liberalismo nas condições brasileiras, perde-se o pé na realidade, o pensamento torna-se um despropósito ornamental, no contexto de uma cumplicidade alinhavada pelo favor. Assim, o desacordo entre representação e contexto é funcional para a coesão social e a dominação das elites econômico-políticas, que, por sua vez, possuem até hoje a lepidéz ideológica sinalizada por Schwarz, gravitando em torno das idéias produzidas no centro do capitalismo mundial. Tanto é que no Segundo Império, período de que trata seu texto e do qual vinha tratando Fernandes, "as idéias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis" (Schwarz, 1977: 22). E mais: "Por isso, pouco ajuda insistir na sua falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira" (1977: 22). Schwarz considera fun-

damental, para conhecer o Brasil, a apreensão desses deslocamentos no campo das idéias, delineando as relações sociais: "vívidos e praticados por todos como uma espécie de fatalidade" (1977: 22).¹⁵

Para Fernandes (1987), a expansão interna do capitalismo não era exatamente uma escolha, porque decorria de uma posição prévia do país na economia internacional. No entanto, os ritmos do ímpeto *modernizador*, as diferenciações no interior das classes e capacidade de concretizar utopias se definiram a partir de dentro. A composição entre passado e presente, moldando o futuro capitalista e burguês e a relação dialética entre orientação ideológica e política dos atores — sua visão social de mundo —, o aparato institucional e a inserção material que vão diferenciando e complexificando interesses na sociedade brasileira são apreendidos por Fernandes como tensões e fricções históricas, como uma articulação singular e plena de sentido dos *tempos discordantes*, que delineiam uma sociedade e um Estado nacionais particulares. O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambigüidade entre um liberalismo formal como fundamento e o paternalismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes. O desenvolvimento da política social entre nós, como se verá, acompanha aquelas fricções e dissonâncias e a dinâmica própria da formação do Estado.

A Independência, portanto, criou as condições para o florescimento do espírito burguês, mas não em toda a sua plenitude, e sem romper com o entrosamento visceral com o mercado externo, do que decorre uma não equiparação entre autonomização econômica e autonomização política. Cria-se uma *situação de mercado*, em acordo com possibilidades e limites socioeconômicos e culturais de expansão do mercado interno, numa economia voltada para a exportação. Nessa nova situação, tem-se uma ordem legal e política controlada de dentro e para dentro e uma economia produzindo

15. Roberto Schwarz desenvolve ainda mais as teses de "As idéias fora do lugar" em seu outro livro *Um mestre na periferia do capitalismo — Machado de Assis* (1990), onde estabelece a música profunda ocorrida na obra machadiana, quando do aparecimento das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, sintonizada com o contexto material e intelectual e moral do final do século XIX. A maturidade de Machado traz uma relação de continuidade e ruptura com sua obra anterior. A ruptura, em qualquer caso, está num narrador menos colado no que se refere à caracterização dos proprietários, ou seja, num olhar para esse segmento que se torna radicalmente crítico e desesperançado de seu papel progressista, já que Machado detecta/revela uma operação íntima das elites: a suspensão do remorso.

para fora e consumindo de fora: "um mercado interno nuclearmente heteronômico e voltado para fora" (Fernandes, 1987: 88). A heteronomia, portanto, é uma marca estrutural do capitalismo brasileiro, e o processo de modernização (conservadora), consolidando o capitalismo entre nós, tenderá a mantê-la. Até porque, se há uma metamorfose das elites, no sentido de seu aburguesamento, esta foi acompanhada de uma aceitação dos controles estrangeiros na vida econômica do país, a qual "processava-se sob forte identidade de interesses e, até, sob laços profundos de lealdade e de simpatia" (1987: 98).

No setor novo e urbano, cada vez mais diferenciado, cresceu a insatisfação com a situação do país, com críticas dirigidas à escravidão. Por seu perfil capitalista mais típico, esses segmentos tinham condições, ainda que limitadas, de se libertar da estagnação estrutural do setor agrário exportador, impulsionando a modernização econômica.

Estes, dentre outros — porque não se pretende aqui esgotar esse debate, mas apanhar dele aquilo que nos ajuda a pensar a política social brasileira —, são os ingredientes da entrada brasileira no capitalismo, num processo de transição condicionado pelos dinamismos do mercado mundial e marcado pela *adaptação* do sistema colonial aos novos tempos. Um aspecto dessa transição, também de natureza duradoura na formação social brasileira, é a incongruência entre as normas legais e as normas práticas. Naquela época, havia uma coexistência exótica entre a escravidão e os privilégios da aristocracia agrária e o *status* de cidadão, preconizado pela ordem social competitiva. Esta última perspectiva ganha força com a desagregação progressiva do regime escravista e eclode no movimento abolicionista, ainda que este fosse limitado ideológico e politicamente. Na verdade, era amplamente hegemonizado por um espírito de elite que delimitava o horizonte do conflito: sem as massas, sem se immanar com os negros e mulatos. Ao contrário, disciplinando-os: "fortalecendo-se os laços que prendiam os homens aos seus níveis sociais, aos correspondentes códigos de honra e ao mito de que o Brasil é ingovernável sem a versão autocrático-paternalista do despotismo esclarecido" (Fernandes, 1987: 165).

O lento avanço da constituição de um setor novo e da urbanização evidenciou os entraves que o poder político e social da aristocracia agrária impunham ao processo de modernização, até do ponto de vista do capital estrangeiro. Entre uma visão de modernização mais acelerada e os interesses senhoriais, prevaleceu uma acomodação intermediária, na qual se bar-

ganhou certa contenção da heteronomia nos níveis econômicos e técnicos, ao lado de uma contenção do mercado interno moderno, neutralizando as vantagens econômicas da criação de um Estado nacional. Dessa forma, garantia-se o controle do ritmo da modernização, segundo os interesses dos antigos senhores, e uma acomodação limitada no tempo de formas econômicas opostas.

A transição — claramente não-clássica — para o capitalismo no Brasil, então, é marcada por uma *visão estreita do dinamismo do mercado interno* e destina-se a impedir qualquer crescimento a partir de dentro. Prevaleceram os interesses do setor agroexportador e o ímpeto modernizador não teve forças suficientes para engendrar um rumo diferente, já que promovia mudanças com a aristocracia agrária e não contra ela. Qualquer semelhança com os desdobramentos posteriores do capitalismo brasileiro não é, portanto, mera coincidência.

A persistente presença do trabalho escravo teve impactos importantes no nascimento do trabalho livre e nas possibilidades políticas de um processo mais rápido e radicalizado de transição, com participação mais contundente do movimento operário: "em vez de fomentar a competição e o conflito, ele nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima de mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo" (Fernandes, 1987: 193). Trata-se de uma situação estrutural, que retardou a consciência e a ação política operárias no Brasil, cujas primeiras manifestações como tal datam do início do século XX. Estas, quando se colocam mais adiante na cena política, extrapolando o mandonismo e paternalismo tradicionais das elites, serão tratadas a partir da repressão policial e da dissensão político-militar. A partir dessas constatações, Fernandes caracteriza o *drama crônico* típico do capitalismo à brasileira, no qual

as impossibilidades históricas formam um círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da conciliação (em regra, uma autêntica negação ou neutralização da "reforma"). (1987: 202)

A crise do poder oligárquico-escravista inaugura um processo de transição — "cinzento e morno" — que cria as bases para a concretização do

poder burguês no país. Ao invés de constituir instituições próprias nesse processo, ela converge para o Estado, procurando exercer pressão, orientar e controlar a aplicação de seu poder político, segundo interesses particulares. A burguesia brasileira não é "paladina da civilização ou instrumento da modernidade". Portanto, vai optar por mudanças graduais e adaptações ambíguas, polarizada por preocupações particularistas e um "entrinçado conservantismo sociocultural e político" (1987: 205) e, acrescentamos, um conservantismo social. De outro lado, a influência modernizadora externa não ultrapassava os limites da criação de uma economia capitalista satélite, para não estimular sonhos de independência.

Assim, os interesses externos e internos convergiam e alimentavam uma dimensão autocrática do exercício do poder político. Se as diferenças intra-elites foram acomodadas e toleradas, quaisquer manifestações dos de baixo, mesmo por um espaço político dentro da ordem, eram vistas como desafios insuportáveis. Fernandes fala de uma consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil, especialmente se se observa a imposição desta sobre a classe operária, marcada pela repressão ou pela cooptação/corrupção: "Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma democracia restrita, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa" (1987: 212). O autor explicita que, no contexto do difícil capitalismo dependente, o horizonte histórico da burguesia brasileira dificilmente seria/será suficientemente amplo, no sentido da realização de uma revolução nacional e democrática.

Pois bem, visitando algumas reflexões clássicas acerca da formação social brasileira, buscamos identificar suas características estruturais, mas o que dizer da política social entre nós? A primeira constatação é a de que seu surgimento no Brasil não acompanha o mesmo tempo histórico dos países de capitalismo central. Não houve no Brasil escravista do século XIX uma radicalização das lutas operárias, sua constituição em classe para si, com partidos e organizações fortes. A questão social já existente num país de natureza capitalista, com manifestações objetivas de pauperismo e iniquidade, em especial após o fim da escravidão e com a imensa dificuldade de incorporação dos escravos libertos no mundo do trabalho, só se colocou como questão política a partir da primeira década do século XX, com as primeiras lutas de trabalhadores e as primeiras iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho. É interessante notar que a criação dos di-

reitos sociais no Brasil resulta da luta de classes e expressa a correlação de forças predominante. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicação dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis — como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura (1937-1945 e 1964-1984), que as instituem como tutela e favor: nada mais simbólico que a figura de Vargas como "pai dos pobres", nos anos 1930. A distância entre a definição dos direitos em lei e sua implementação real persiste até os dias de hoje. Tem-se também uma forte instabilidade dos direitos sociais, denotando a sua fragilidade, que acompanha uma espécie de instabilidade institucional e política permanente, com dificuldades de configurar pactos mais duradouros e inscrever direitos inalienáveis.

Aquela condição geral do trabalho a que se referem Prado Jr. e Fernandes (2000) certamente tem forte relação com esse desenho instável, rescrito e segmentado que marcou a política social brasileira desde seus primórdios. Se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social. É nesse quadro que se devem observar as medidas esparsas e frágeis de proteção social no país até a década de 1930, embora tais características sejam persistentes e nos ajudem também a pensar os dias de hoje. Vejamos algumas dessas medidas.¹⁶

Até 1887, dois anos antes da proclamação da República no Brasil (1889), não se registra nenhuma legislação social. No ano de 1888, há a criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública, inaugurando uma dinâmica categorial de instituição de direitos que será a tônica da proteção social brasileira até os anos 60 do século XX. Em 1889, os funcionários da Imprensa Nacional e os ferroviários conquistam o direito à pensão e a 15 dias de férias, o que irá se estender aos funcionários do Ministério da Fazenda no

16. A síntese que segue está detalhada e analisada em Boschetti, 2006: Capítulos 1 e 2. Consultar também Santos, 1987; Oliveira e Teixeira, 1985.

ano seguinte. Em 1891, tem-se a primeira legislação para a assistência à infância no Brasil, regulamentando o trabalho infantil, mas que jamais foi cumprida, confirmando a tendência anteriormente sinalizada da distância entre intenção e gesto no que se refere à legislação social brasileira. Em 1892, os funcionários da Marinha adquirem o direito à pensão.

A passagem para o século XX foi sacudida pela formação dos primeiros sindicatos, na agricultura e nas indústrias rurais a partir de 1903, dos demais trabalhadores urbanos a partir de 1907, quando é reconhecido o direito de organização sindical. Esse processo se dá sob uma forte influência dos imigrantes que traziam os ares dos movimentos anarquista e socialista europeus para o país. Essa nova presença no cenário político e social promove mudanças na correlação de forças, tanto que em 1911 se reduz legalmente a jornada de trabalho para 12 horas diárias. Contudo, mais uma vez a lei não foi assegurada. Em 1919, regulamenta-se a questão dos acidentes de trabalho no Brasil, mas tratando-a pela via do inquérito policial e com ênfase na responsabilidade individual em detrimento das condições coletivas de trabalho.

O ano de 1923 é chave para a compreensão do formato da política social brasileira no período subsequente: aprova-se a lei Eloy Chaves, que institui a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, a exemplo dos ferroviários e marítimos, dentre outros. Por que estratégicas, e consequentemente com maior poder de pressão? Naquele momento, o Brasil tinha uma economia basicamente fundada na monocultura do café voltada para a exportação — eis aqui a base da nossa heteronomia —, produto responsável por cerca de 70% do PIB nacional. Por isso os direitos trabalhistas e previdenciários foram reconhecidos para aquelas categorias de trabalhadores inseridas diretamente nesse processo de produção e circulação de mercadorias. Uma maior diversificação da economia brasileira viria apenas após a crise de 1929-1932 — que paralisou o comércio de café e a economia brasileira — e a chamada Revolução de 30. As CAPs foram as formas originárias da previdência social brasileira, junto com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), sendo o dos funcionários públicos o primeiro a ser fundado, em 1926. Por fim, em 1927 foi aprovado o famoso Código de Menores, de conteúdo claramente punitivo da chamada delinquência juvenil, orientação que só veio a se modificar substantivamente em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O fundamental, nesse contexto do final do século XIX e início do século XX, é compreender que nosso liberalismo à brasileira não comportava a questão dos direitos sociais, que foram incorporados sob pressão dos trabalhadores e com fortes dificuldades para sua implementação e garantia efetiva. Essa situação começa a se alterar nos anos 1920 e sofrerá mudanças substanciais a partir dos anos 1930. Mas esse é um tema para o próximo capítulo.

Filmografia

Cidadão Kane. Estados Unidos. 1941. Direção: Orson Welles. Duração: 119 min.

1900 — *Novecento*. França/Alemanha/Itália. 1976. Direção: Bernardo Bertolucci. Duração: 243 min.

O ovo da serpente. Estados Unidos/Alemanha. 1977. Direção: Ingmar Bergman. Duração: 120 min.

Rosa Luxemburgo. Alemanha. 1986. Direção: Margarete von Trotta. Duração: 122 min.

Eternamente Paçu. Brasil. 1987. Direção: Norma Bengell. Duração: 100 min.

Germinal. França/Itália/Bélgica. 1993. Direção: Claude Berri. Duração: 158 min.

Matulí, o imperador e o rei. Brasil. 1999. Direção: Sérgio Resende. Duração: 132 min.